

NORBERTO BOBBIO E OS COMUNISTAS ITALIANOS

Marco Mondaini*

I

Uma das características mais significativas da biografia intelectual do filósofo político italiano Norberto Bobbio foi, desde os tempos da reorganização da democracia italiana no imediato pós-Segunda Guerra Mundial, o diálogo constante estabelecido com os intelectuais e dirigentes do PCI.¹ Um diálogo franco e aberto, de um não-comunista, que nunca beirou as raias do anticomunismo, e que sempre nutriu por Palmiro Togliatti, secretário-geral do PCI por cerca de vinte anos, um grande sentimento de respeito político e intelectual, como pode ser constatado na sua mensagem pelo falecimento do líder comunista, em 1964:

Estive ao seu lado a última vez quando proferiu em Turim a conferência pelo ciclo “Risorgimento e nós”, do nosso círculo da resistência. O enorme público presente ficou preso por uma douta lição de história. Repenso-o como um raro exemplo de fusão entre valores culturais e sentimento popular. Também esse é um aspecto da sua personalidade a recordar, a capacidade de transformar a dura lição dos fatos num programa de ação redentora, o ensinamento do passado numa esperança para o futuro.²

Mais de trinta anos depois, Bobbio daria provas, outra vez mais, do seu reconhecimento pela figura de Togliatti ao relatar que a relação entre os dois sempre foi “muito civil”: “Reconhecia nele



Norberto Bobbio



Palmiro Togliatti

uma tradição de intelectuais políticos, que faz parte da história do PCI.”³

Aliás, na mesma ocasião, o próprio Bobbio definiu de uma forma assaz simpática o

seu relacionamento com os comunistas italianos — uma relação “conflitante” que nunca chegou ao “confronto”:⁴

Se devesse sintetizar a minha posição naqueles tempos — primeira metade dos anos cinqüenta — quanto aos comunistas, proporia o título de um artigo que escrevi há alguns anos para a revista *Nuvole*: “Nem com eles, nem sem eles”. Não tendo sido nunca comunista, nem tendo nunca pensado em tornar-me um, me dava conta, todavia, de que o comunismo era o agente de grandes transformações no sentido clássico da palavra. Ao mesmo tempo, tinha chegado à conclusão de que nós acionistas [Bobbio faz referência à sua militância no Partito D’Azione, herdeiro do movimento antifascista Giustizia e Libertà, que se extinguiu em 1947] devíamos nos diferenciar das posições comunistas, ainda que tendo consciência das batalhas combatidas juntos, porque não havíamos esquecido quais deviam ser os pressupostos gerais do Estado moderno. *Eu via, pois, nos comunistas (sobretudo, repito, naqueles italianos) não adversários, mas interlocutores.*⁵

Nos debruçaremos aqui sobre três valiosos debates travados entre Bobbio e os comunistas italianos, levados a cabo em momentos distintos historicamente na trajetória do Partido Comunista Italiano, entre 1944 e 1968: a) os anos pré-XX Congresso do PCUS; b) os anos pós-XX Congresso do PCUS; c) os anos pós-morte de Togliatti. Isso,

* Marco Mondaini é professor do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense (UFF), onde coordena o Núcleo de Estudos Contemporâneos (NEC).

<https://doi.org/10.36311/0102-5864.18.v0n40.2301>

com o intuito de iluminar a evolução política dos comunistas italianos no período, quando trazidos à discussão de forma não maniqueísta.⁶

II

O primeiro, e talvez mais conhecido, debate estabelecido entre Norberto Bobbio e os comunistas italianos, que acabou gerando grande parte dos artigos de seu livro *Política e cultura*, “nasce de um diálogo muito civil com Ranuccio Bianchi Bandinelli e Galvano Della Volpe”, mostrando, dessa forma, que “o colóquio (com os comunistas) era possível também em momentos assinalados pela escuridão da Guerra Fria”.⁷

A discussão tem início no lumiar de 1954 num artigo em que Bobbio propõe a reflexão sobre a identificação dos dois conceitos de Estado e de ditadura” advogada pelos comunistas é “historicamente aceitável e dentro



Locke



Marx

de qual limites”. O raciocínio de Bobbio tem como ponto de partida uma constatação histórica: após a aparição dos regimes nazi-fascistas, nos anos 1920-1930, tornou-se difícil a aceitação da tese marxista de que todo e qualquer regime em que a burguesia é a classe hegemônica constitui uma ditadura burguesa. Desse momento em diante, a diferença entre “regimes liberais” e “regimes ditatoriais” havia

se tornado a mais explícita possível na análise dos Estados burgueses, a ponto de poder ser proposta também em relação aos Estados proletários. Dessa forma, a URSS poderia ser reprovada no que concerne ao seu caráter ditatorial diante das liberdades democráticas dos indivíduos, mas não no que tange ao seu caráter ditatorial de uma determinada classe sobre outra.⁸

respeito à “forma de regimento”. Dentro desse contexto, se os comunistas italianos agem positivamente ao lutar sem trégua na defesa da constituição italiana, esses deixam muito a desejar ao aprovarem *in totum* os procedimentos jurídico-políticos do governo soviético.¹⁰

A resposta imediata de Della Volpe procura mostrar como o cerne da discussão iniciada por Bobbio estaria na “complexa e ambígua relação entre liberalismo (Locke) e democracia (Rousseau e Marx)”. As críticas de Bobbio ao caráter ditatorial dos regimes comunistas, na verdade, não seriam muito distantes daquelas feitas por Benjamin Constant a Rousseau e sua concepção democrática de soberania. E entre os dois lados da trincheira, Della Volpe não vacila em escolher obviamente aquele da democracia direta rousseauiana contra o da democracia representativa lockeana, pois, enquanto a liberdade civil é a liberdade de uma classe só (a burguesia), a liberdade igualitária — a democracia — é mais universal. Assim, sendo herdeiro da democracia moderna, o comunismo supriria a deficiência fundamental da liberdade civil, isto é, a liberdade igualitária. A democracia comunista, em outras palavras, tenderia a ser uma síntese democrática reunindo “o *sentido cívico* da antiga democracia e o *sentido de humanidade* da moderna”. Até então, a argumentação do filósofo comunista apresenta-se largamente sustentável, passando a não sê-la no exato momento em que identifica esta “nova democracia” com tudo aquilo praticado na URSS recém-saída do luto pela morte de Stálin.¹¹

A réplica de Bobbio se inicia com uma concordância: essa é, sem dúvida, uma antiga discussão entre democracia e liberalismo, igualdade e liberdade, inserida, porém, em uma diversa perspectiva histórica. Todo o corpo da longa resposta a Della Volpe tenta fundamentar o ataque àqueles

O raciocínio de Bobbio tem como ponto de partida uma constatação histórica: após a aparição dos regimes nazi-fascistas...

[...] E, então, não resta senão repropor ainda uma vez ao exame dos disputantes o problema verdadeiramente essencial da relação entre tipo de sociedade civil (sociedade com predomínio da classe burguesa ou da

que seriam os seus três equívocos centrais, a saber: a) a identificação entre doutrina do Estado liberal e ideologia burguesa; b) a afirmação de que no socialismo existe uma *libertas maior*; c) a oposição excludente dos marxistas entre Estado e liberdade.¹² Concluindo, Bobbio sustenta a necessidade de se defender a liberdade *no presente* contra “reacionários de direita” (os quais dizem: “é necessário instaurar a ditadura para salvar as liberdades do passado”) e contra os “revolucionários de esquerda” (os quais dizem: “é necessário reforçar a ditadura para salvar a liberdade do futuro”):

[...] Contra os reacionários continuamos então a defender a liberdade dos modernos contra aquela dos antigos. Mas não esqueçamos de que é necessário igualmente defendê-la contra os progressistas exageradamente ousados, contra aquela dos vindouros.¹³

É, nesse momento, que entra em cena Roderigo di Castiglia (Togliatti) tomando as dores de Della Volpe ao apontar a hipocrisia da “liberdade burguesa”, já que fundada “sobre uma bárbara discriminação entre as criaturas humanas”,

[...] todos os direitos são nessa afirmados segundo os princípios; mas o exercício de qualquer direito pode ser negado e é negado, de fato, a quem não se encontra naquelas determinadas condições materiais e sociais, e qualquer direito vem destruído de propósito quando o curso dos acontecimentos é tal que põe em dúvida a segurança de um determinado grupo dominante. Não há dúvida de que as revoluções são “cruéis”; mas cruel é a liberdade burguesa pela sua própria natureza [...]¹⁴

Nessa acepção, liberdade nada mais é do que privilégio. Por isso, o mundo socialista, na luta pela destruição total do privilégio econômico, procura criar “novos institutos jurídicos” e “uma nova noção de liberdade”.¹⁵

De forma professoral, Bobbio busca responder a Togliatti indicando que a liberdade dos liberais não é a mesma que a dos socialistas: para os primeiros, a liberdade é uma “faculdade de fazer ou não fazer”, um “não-impedimento”, uma *freedom from*, um “diminuir os vínculos”, em suma, uma “liberdade negativa”; para os segundos, a liberdade é um “poder de fazer”, uma “potestade”, uma *freedom to*,

um “aumentar as oportunidades”, em suma, uma “liberdade positiva”.¹⁶ Assumindo-se como um defensor da liberdade liberal que não pode ser perdida nem na democracia (liberdade como autonomia) nem no socialismo (liberdade como poder), e reconhecendo que aprendeu com o marxismo a ver a história do ponto de vista dos oprimidos, Bobbio finaliza a sua intervenção advogando a necessidade de se pingar uma “gota de óleo” nas revoluções já feitas, ou seja, introduzir o “hálito da liberdade” nas revoluções já institucionalizadas e transformadas em rígidos Estados centralizados.¹⁷

Após um ano e meio de polêmica, Roderigo di Castiglia intervém a fim de concluí-la. Pinçando do último texto bobbiano a afirmação que convinha ser citada:

1. o regime liberal não tem valor absoluto, mas é o produto de uma certa situação histórica que deu, sim, origem a novas liberdades, mas suprimiu outras, e com o mudar da situação histórica, devido ao emergir de novas classes sociais sobre a cena da história, revelou-se cada vez mais como um regime de privilégio;

2. o regime socialista, longe de suprimir a liberdade em abstrato, suprime as liberdades que se tornaram privilégios, e cria novas formas de liberdade dando novo, corajoso e benéfico impulso ao processo de liberação dos homens.

Togliatti ensaia uma “retirada pacífica” ante um Bobbio mais articulado na enunciação e sustentação de suas teses — mas que soube concordar com o líder comunista no momento em que este tocara nos pontos frágeis do liberalismo político —, não sem antes atacá-lo duramente pelas suas críticas ao Estado soviético, e sublinhar, outra vez mais, que o problema da liberdade individual não se limita à questão da relação com o Estado, convivendo intrinsecamente com as condições materiais de existência e com o poder das classes dominantes.¹⁸

Entretanto, a interrupção do debate mostrar-se-ia de curta duração (exatamente um ano), revelando, por um lado, a quantidade de elementos teóricos e práticos ainda por discutir, e, por outro, a essencialidade do des-



Kruscev

velamento da realidade histórica (me refiro à divulgação do “Relatório secreto” de Krushev) a fim de se avançar com mais velocidade rumo a um diálogo menos apoiado em imagens mitificadas do “socialismo real”.



Alberto Moravia



Lênin

autoridade” (ou seja, aquilo que está contido nos clássicos fundadores e principais seguidores autorizados da doutrina, no caso, Marx, Engels e Lênin) como “critério de verdade”. Por outro lado, esse “princípio de autoridade” nunca teria previsto “no período

da ditadura do proletariado, a presença de uma ditadura pessoal ou uma tirania” – “então, quem afirmava que Stálin era um tirano, pronunciava, com base no critério da autoridade, uma proposição falsa”.²² Estaria localizada justamente aí a razão pela qual a revelação dos crimes praticados por Stálin ser feita – e somente aceita – através da “boca de uma autoridade”: num sistema fundado sobre o “princípio da autoridade”, apenas uma outra autoridade tem a possibilidade de “emitir novas verdades”.²³ E como Krushev em seu relatório, de acordo com Bobbio, afirmara as preocupações da “doutrina liberal sobre o abuso do poder”, acabou colocando em crise o critério, mesmo de verdade, sobre o qual o sistema comunista estava fundado.²⁴

Num segundo momento, busca identificar as insuficiências do marxismo no que tange à teoria política em três razões: o seu utopismo, a sua filosofia especulativa da história e a sua técnica dogmática de pesquisa (o materialismo histórico). A síntese perfeita destas três razões estaria no sacrifício da “dialética do poder” em relação à “dialética das classes”. Por isso, a sua indiferença ante a “teoria das formas de governo”, e, também, diante do “Estado de direito”.²⁵ A passagem à comparação entre o pensamento marxista e o pensamento liberal é naturalmente decorrente:

[...] Os temas clássicos da teoria política ou do sumo poder são dois: como se conquista e como se exercita. Destes dois temas o marxismo teórico aprofundou o primeiro e não o segundo. De forma breve: *falta na teoria política marxista uma doutrina do exercício do poder*, enquanto é grandemente desenvolvida nela a teoria da conquista do poder [...] Enquanto a teoria política comunista é prevalentemente uma teoria da conquista, a teoria liberal é prevalentemente uma teoria do exercício do poder [...] Para o liberal, o Estado é um monstro, cujos baixos serviços, entretanto, não se pode abrir mão: é necessário domesticá-lo. Para o comunista, não vale a pena domesticá-lo porque é possível, sem dano, matá-lo [...]²⁶

III

Na segunda rodada de respostas às “nove perguntas sobre o stalinismo” patrocinadas pela revista *Nuovi Argomenti*, após as revelações de

Krushev durante o XX Congresso do PCUS, em fevereiro de 1956,¹⁹ Bobbio se faz presente com um artigo intitulado “Ainda do stalinismo: algumas questões de teoria”. Entretanto, antes de aceitar o convite feito pelos editores da revista (Alberto Moravia e Alberto Carocci), Bobbio escreve ao segundo esclarecendo a sua proposta:

Trata-se de ver se isto que aconteceu na Rússia não coloca crise o próprio marxismo teórico

(para nos entendermos melhor, a filosofia da história marxista) ou pelo menos não o constringe a acertar as contas, com maior cautela, com dois mil anos de pensamento político.²⁰

A mesma questão seria posta de outra forma por Bobbio no início de seu artigo: “Os eventos que se sucederam à morte de Stálin, desmentindo as previsões dos teóricos marxistas, colocam em crise a doutrina marxista do Estado e do poder?”²¹

A resposta positiva de Bobbio para o problema por ele mesmo posto articula-se em dois pontos. Num primeiro momento, procura investigar as razões dos comunistas ignorarem aquilo que era de domínio público (isto é, o fato do regime de Stálin ser uma ditadura pessoal, uma tirania). Por um lado, isso se deveria à existência de um “princípio de

Segundo Valentino Gerratana, a argumentação de Bobbio pecaria por uma razão de “interpretação histórica” e outra de “documentação”.

Segundo Valentino Gerratana, a argumentação de Bobbio pecaria por uma razão de “interpretação histórica” e outra de “documentação”. Em primeiro lugar, é absolutamente equivocado



Fortini



Giorgio Amendola

atribuir ao marxismo “uma concepção metafísica da teoria política, na qual as formas de governo são boas ou más em si, independentemente das condições históricas que formam o seu extrato e conteúdo”; em segundo lugar, é falsa a informação de que o marxismo havia já formulado a tese da “impossibilidade da ditadura pessoal durante todo o período da ditadura do proletariado” — Lênin, por exemplo, não só nunca fez essa afirmação, como disse em certa ocasião o contrário.²⁷

As críticas de Gerratana, todavia, não o impediram de observar a justeza de uma restrição feita por Bobbio ao pensamento marxista — a falta de importância dada por este ao “problema das formas de governo” e à “doutrina do exercício do poder”.²⁸

A resposta de Franco Fortini viria muito mais agressiva:

[...] Mas quer Bobbio aquilo que diz querer? Ou somente fazer o elogio da monotonia histórica — este “luxo dos conservadores” — fundada sobre as classificações liberais? Um grito de triunfo, prolongado por trinta páginas, transmuta-se em um chiado. Do marxismo não sobra, assim parece, pedra sobre pedra. Os tiranos são tiranos, a liberdade é a liberdade, ponto e basta [...].²⁹

O discurso de Bobbio, segundo Fortini, deveria ser rechaçado por três motivos fundamentais: 1) ele identifica o marxismo com o stalinismo; 2) ele atribui a recusa comunista anterior de reconhecer as degenerescências do stalinismo à filosofia da história marxista; 3) ele é conduzido com uma “instrumentalidade ideológica” que sacrifica a “serenidade científica” e a “despreconceituosa objetividade da pesquisa”.³⁰

O eco dos comentários de Gerratana e Fortini calou tão fortemente em Bobbio (se, por um lado, a falha “documental” constatada pelo sempre rigoroso Gerratana simplesmente fez com que ruísse

toda a fundamentação empírica da argumentação bobbiana; por outro lado, a acusação feita por Fortini a Bobbio de falta de objetividade científica com finalidade conservadora mostrou-lhe o quanto as suas reais

preocupações haviam sido distorcidas) que este evitou de todas as formas a réplica, vindo a fazê-la somente trinta anos depois.³¹ E mais, retornaria ao tema do artigo apenas vinte anos após com *Qual socialismo?* O silêncio total só seria quebrado no diálogo amistoso empreendido com Giorgio Amendola oito anos mais tarde.

IV

No dia 7 de novembro de 1964, Giorgio Amendola torna pública, nas páginas de *Rinascita*, uma carta do “amigo Norberto Bobbio” convidando os comunistas a um “acerto de contas” com a esquerda não-comunista, “com as exigências imprescritíveis, irreversíveis, da democracia moderna”. E, após realizar um chamamento ao PCI para que tome posição crítica diante da forma como se deu a substituição de Krushev na URSS (em 14 de outubro, este é destituído, passando Leonid Brejnev a ser o secretário-geral do PCUS e Aleksis Kossiguin o novo presidente do Conselho de Ministros), finaliza afirmando: “Hoje a Itália está madura para um grande partido único do movimento operário. Nós temos necessidade da sua força. Mas vocês não podem desprezar os nossos princípios.”³²

A resposta de Amendola não dá espaço a dissensos maiores, apesar da sua firmeza.

A resposta de Amendola não dá espaço a dissensos maiores, apesar da sua firmeza. O dirigente comunista concorda plenamente com a necessidade de se criticar o método utilizado na substituição de Krushev, mas pára por aí. O PCI não pode fazer mais nada além de expressar a sua posição crítica e manifestar a sua discordância formal, pois o “caráter

socialista do sistema” imperante na URSS serve como garantia de que os erros e desvios ainda existentes serão superados. Todavia, no que diz respeito ao convite feito por Bobbio referente à realidade das esquerdas italianas, Amendola vai mais longe. O socialismo defendido pelo PCI, esclarece, traz consigo a exigência do “pluripartidarismo” e de “estruturas políticas diferenciadas que assegurem uma larga participação de baixo”, fato que não entra em contradição com a perspectiva de “unificação orgânica das forças de esquerda”:

Daí a exigência de trabalhar com paciência e tenacidade pela formação de um grande partido único do movimento operário, no qual possam encontrar o seu lugar os comunistas, os socialistas e homens como Bobbio, que representam dignamente a continuação da batalha liberal iniciada por Piero Gobetti. Nesse partido único, naturalmente, a função dos comunistas não pode ser aquela de “braço” a serviço de uma “mente” iluminada; a “força” a serviço de “princípios” que não sejam os seus. Por isso devemos acertar as contas entre nós com grande clareza.³³

No dia 28 de novembro, *Rinascita* publicaria a réplica de Bobbio e a tréplica inesperada de Amendola, tornando explícito o dissenso existente entre os dois sobre a natureza do “partido único do movimento operário” defendido genericamente por ambos.

Para o primeiro, a implementação de uma política de governo a partir da esquerda, num Estado dirigido por uma constituição liberal-democrática, exigiria obrigatoriamente “fazer uma política social-democrática”. Assim, seria inexplicável a defesa amendoliana da participação comunista no governo, “vacinada” contra uma política de tipo social-democrática. Isto, por dois motivos: a) porque é doutrinária e sectária a distinção entre socialismo revolucionário e socialismo reformista; b) porque é melhor uma política social-democrática do que nenhuma política. Em suma, o “partido único do movimento operário” na acepção de Bobbio seria um partido social-democrático tradicional.³⁴

Para o segundo, a reunificação do movimento operário italiano não poderia se dar *nem sobre posições social-democráticas nem sobre posições comunistas, mas sim através da criação de um partido novo da via italiana ao socialismo*. Isto é, por meio de um partido que não seguisse a via das social-



Leonid Brejnev

democracias, nem a via soviética. Um partido aberto ideologicamente, mas fundado num claro programa político de renovação. Em suma, o “partido único do movimento operário” na visão de Amendola seria um partido da terceira via.³⁵

Essa postura avançada de Amendola – que foi duramente criticada pela direção do partido e retirada posteriormente pelo próprio Amendola – pode ter sido sugerida pela crítica de Bobbio ao “sectarismo da divisão entre socialismo revolucionário e socialismo reformista”, mas não exclui a hipótese de que com a morte de Togliatti (que, certamente, nunca faria uma afirmação desse tipo), dá-se início a um período no interior do PCI caracterizado por uma espécie de “luta em torno das novidades que o mestre aprovaria que fossem ditas”,³⁶ que termina em 1969 com o início da subida ao poder no partido de Enrico Berlinguer.

NOTAS

- ¹ Ver a respeito o artigo do historiador britânico Perry Anderson sobre o socialismo liberal de Bobbio, “As afinidades de Norberto Bobbio”, em *Novos Estudos Cebrap*, nº 24, São Paulo, julho de 1989, pp. 14-41.
- ² Ver o volume único publicado, em 1965, por *L’Unità* intitulado *Togliatti*.
- ³ Norberto Bobbio, *Autobiografia* (a cura di Alberto Papuzzi) (Bari: Laterza, 1997), p. 105.
- ⁴ *Ibid.*, p. 106.
- ⁵ *Ibid.*, p. 104 (o grifo é meu).
- ⁶ É notório que as discussões entre Bobbio e os comunistas italianos ultrapassou o ano de 1964. Ver, a respeito: 1) sobre o conceito de “sociedade civil” em Gramsci (final dos anos 1960), Norberto Bobbio, *O conceito de sociedade civil* (Rio de Janeiro: Graal, 1994); 2) acerca da relação entre “socialismo e democracia” (anos 1970), Norberto Bobbio, *Qual socialismo?* (Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987); Norberto Bobbio *et alii*, *O marxismo e o Estado* (Rio de Janeiro: Graal, 1991); 3) em relação à defesa bobbiana de uma “democracia procedimental” que evite os riscos de uma “democracia direta”, Norberto Bobbio, *O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo* (Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992). Ressaltemos, também, as polémicas de Bobbio mais recentes, não travadas contra os comunistas: a) contra a “pena de morte” (anos 1980), Norberto Bobbio, *A era dos direitos* (Rio de Janeiro: Campus, 1992); b) ante a sua definição das categorias de “esquerda e direita” (anos 1990), Norberto Bobbio, *Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política* (São Paulo: Unesp, 1995).
- ⁷ Norberto Bobbio, *Autobiografia*, cit., pp. 104-105.
- ⁸ Norberto Bobbio, “Democracia e ditadura”, em *Política e cultura* (Turim: Einaudi, 1955), pp. 148-153.
- ⁹ *Ibid.*, p. 153.
- ¹⁰ *Ibid.*, pp. 156-159.

- ¹¹ Galvano Della Volpe, "Comunismo e democrazia moderna", em *Nuovi Argomenti*, nº 7, 3-4, Roma, 1954, pp. 131-142.
- ¹² Norberto Bobbio, "Della libertà dei moderni comparata a quella dei posteri", em *Politica e cultura*, cit., pp. 160-194.
- ¹³ *Ibid.*, p. 194.
- ¹⁴ Roderigo di Castiglia, "In tema di libertà", em *Rinascita*, anno XI, nºs 11-12, Roma, 1954, p. 735 (o grifo é meu).
- ¹⁵ *Ibid.*, p. 736.
- ¹⁶ Norberto Bobbio, "Libertà e potere", em *Politica e cultura*, cit., pp. 273-275.
- ¹⁷ *Ibid.*, pp. 279-280.
- ¹⁸ Roderigo di Castiglia, "Ancora sul tema della libertà", em *Rinascita*, ano XII, nºs 7-8, Roma, 1955, pp. 498-501.
- ¹⁹ Como foi visto no capítulo 4, a primeira rodada de respostas teve a participação de Palmiro Togliatti.
- ²⁰ Norberto Bobbio, *Autobiografia*, cit. p. 117. Para a versão bobbiana do debate aberto aqui, ver pp. 117-122. Ver também do mesmo autor, "Appendice. Stálin e la crisi del marxismo", em *Né con Marx né contro Marx* (a cura di Carlo Violi) (Roma: Riuniti, 1997), pp. 57-69.
- ²¹ Norberto Bobbio, "Ancora dello stalinismo: alcune questioni di teoria", em *Né con Marx né contro Marx*, cit., p. 28.
- ²² *Ibid.*, pp. 28-32.
- ²³ *Ibid.*, p. 54.
- ²⁴ *Ibid.*, pp. 55-6.
- ²⁵ *Ibid.*, pp. 35-49.
- ²⁶ *Ibid.*, pp. 49-50.
- ²⁷ Valentino Gerratana, "Bobbio e lo stalinismo", em *Il Contemporâneo*, III, nº 4, 20-10-1956, p. 2. O autor cita o seguinte trecho das obras de Lênin (do qual reproduzimos apenas uma parte) a fim de contrariar Bobbio: "Que bastante freqüentemente, na história dos movimentos revolucionários, a ditadura pessoal tenha sido a expressão, o veículo, o agente da ditadura das classes revolucionárias — é isto que atesta a irrefutável experiência da história [...] Não existe, pois, absolutamente nenhuma contradição de princípio entre democracia soviética (isto é, socialista) e o uso dos poderes ditatoriais de indivíduos singulares", em Vladimir Ilich Lênin, *Opere scelte*, vol. 2 (Moscou: Edizioni in lingue estere, 1948), p. 306.
- ²⁸ *Ibidem.*
- ²⁹ Franco Fortini, "Il lusso della monotonia". Em *Dieci inverni* (1947-1957) (Milão: Feltrinelli, 1957), p. 243.
- ³⁰ *Ibid.*, p. 251.
- ³¹ Para Bobbio, Gerratana teria confundido as categorias de ditadura e tirania, e Fortini seria alérgico à tradição do pensamento liberal e da filosofia empirista. Ver "Appendice. Stalin e la crisi del marxismo", em *Né con Marx né contro Marx*, cit., pp. 66 e 68.
- ³² Ver, *Rinascita*, Roma, 7-11-1964, p. 3. Para a versão bobbiana do diálogo, ver Norberto Bobbio, *Autobiografia*, cit., pp. 123-124.
- ³³ *Ibid.*, pp. 3-4.
- ³⁴ Ver *Rinascita*, Roma, 28-11-1964, p. 8.
- ³⁵ *Ibid.*, pp. 8-9. Norberto Bobbio sempre combaterá a idéia de uma "3ª via" entre o comunismo e a social-democracia, defendendo grosso modo os mesmos argumentos expostos acima. Ver Norberto Bobbio, *As ideologias e o poder em crise* (Brasília: UNB, 1988), pp. 139-174.
- ³⁶ Na verdade, uma luta em torno da sucessão de Togliatti no interior do PCI, que teve seu ápice no XI Congresso, de 1966.